

# Assentamentos rurais e pequenas cidades em Minas Gerais: elementos para se pensar a Reforma Agrária Popular

---

Estevan Coca<sup>14</sup>  
Rodrigo de Paulo Souza e Silva<sup>15</sup>  
Diogo Vieira Camilo<sup>16</sup>

## Introdução

Discutir a reforma agrária atual requer de nós acadêmicos, dos movimentos socioterritoriais e dos governos considerar que a sociedade cada vez mais se caracteriza pela predominância quantitativa da população urbana (UNITED NATIONS - DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, 2019). Longe disso remeter a um completo processo de dominação do campo pela cidade (GILLEN; BUNNELL; RIGG, 2022; WITTMAN, 2009b), tal fato coloca a necessidade de se ponderar como possíveis alianças entre estes dois espaços podem contribuir com a efetivação de uma reforma agrária que atenda a objetivos amplos como a garantia de alimentos saudáveis para rurais e cidadãos, a permanência dos jovens e das mulheres no campo e a produção sustentável – especialmente a agroecológica – como estratégia de combate aos efeitos perniciosos das mudanças climáticas.

No Brasil, entre 1979 e 2019, foram assentadas 1.095.883 famílias em 9.529 assentamentos rurais, ocupando 82.496.027 hectares (REDE DATALUTA, 2022). Contudo, nos últimos anos, especialmente após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2015, o número de assentamentos rurais criados tem diminuído, sendo que os poucos casos de novos assentamentos se localizam em antigas áreas de conflito, em áreas já ocupadas e que precisam ser regularizadas (quilombolas, por exemplo) ou áreas distantes da fronteira agrícola (COCA; SOYER; BARBOSA JR, 2022). Assim, uma das questões que são levantadas sobre o presente contexto da reforma agrária brasileira refere-se ao papel que esse significativo número de famílias que já foram assentadas pode exercer na transição para uma alimentação mais saudável da população, assim como no

---

<sup>14</sup> Professor Adjunto da Unifal-MG. E-mail: [estevan.coca@unifal-mg.edu.br](mailto:estevan.coca@unifal-mg.edu.br).

<sup>15</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unifal-MG: [rodrigo.silva@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:rodrigo.silva@sou.unifal-mg.edu.br).

<sup>16</sup> Graduando em Geografia da Unifal-MG: [diogo.camilo@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:diogo.camilo@sou.unifal-mg.edu.br).

desenvolvimento de uma produção sustentável. Evidentemente, isso vem ao encontro de demandas que não são específicas do campo ou da cidade, mas da sociedade como um todo.

Devido a isso, alguns dos movimentos socioterritoriais que foram responsáveis por pressionar o Estado para a implementação de assentamentos rurais nas últimas décadas têm buscado fortalecer estratégias de ampliação do sentido da reforma agrária. Destaca-se o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que tem indicado a Reforma Agrária Popular (RAP) (MST, 2021). Tal proposição visa debater não apenas o acesso à terra, como também o papel que as famílias que já acessaram a terra devem exercer na promoção da justiça social e ambiental. Trata-se de uma proposta que visa mudar estruturalmente as políticas alimentares por e a partir do acesso à terra.

Com esse artigo, fazemos uma discussão sobre a relação campo-cidade no contexto atual com base nos assentamentos rurais de Minas Gerais, Brasil, e do quantitativo populacional dos municípios onde eles estão localizados. Demonstramos como a maior parte dos municípios que possuem assentamentos rurais em Minas Gerais também possuem cidades com até 25 mil habitantes, ou seja, em suas sedes constam pequenas cidades<sup>17</sup>. As pequenas cidades revelam importantes elementos da compreensão sobre a dinâmica social e espacial (CORRÊA, 2011), na medida em que concentram um conjunto de articulações escalares que fazem parte do processo de globalização (SPÓSITO, 2010).

Trazemos uma leitura espacial sobre os assentamentos rurais de Minas Gerais e da quantidade de habitantes dos municípios onde eles estão localizados como forma de ponderar sobre os desafios para a efetivação da RAP. Com isso, buscamos somar esforços às discussões sobre a ruralidade (GILLEN; BUNNELL; RIGG, 2022), a agroecologia (ROSSET; ALTIERI, 2017) e a soberania alimentar (CALVÁRIO; DESMARAIS; AZKARRAGA, 2020) num contexto de aumento percentual da população urbana, contudo, de manutenção do rural como categoria explicativa do mundo contemporâneo (GURURANI, 2020).

---

<sup>17</sup> Mesmo reconhecendo que definições quantitativas não dão conta de explicar a totalidade dos processos de produção do espaço que caracteriza as pequenas cidades, neste texto seguimos Corrêa (1999), as classificando como aquelas que possuem até 50 mil habitantes.

## **Campo e cidade nas discussões sobre a questão agrária atual**

Por mais que nos últimos anos seja subvalorizada pelos acadêmicos, a discussão sobre o campo e a cidade possui longa tradição nos estudos sociais (CORRÊA, 2011). Num primeiro momento o debate se deu com ênfase na dicotomia entre esses dois espaços (e.g., SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1930), todavia, mais recentemente têm emergido discussões que enfatizam a complexidade das relações entre eles. Se por um lado, parte da literatura aponta para um processo de dominação do campo pela cidade (e.g., BRENNER, 2013, 2018; SOBARZO, 2009; SPÓSITO, 2010), por outro, significativo número de autores também tem destacado que o rural não só continua a existir, como faz parte das contradições do presente e da busca pela superação de alguns dos principais limites estruturais do mundo atual (e.g., CALVÁRIO; DESMARAIS; AZKARRAGA, 2020; CZIBERE; KOVÁCH, 2022; GILLEN; BUNNELL; RIGG, 2022; GURURANI, 2020).

Sem querer esgotar esse amplo debate que tem sido feito sobre os conceitos de rural e urbano na atualidade, nossa abordagem vai no sentido de situar como esses dois espaços se relacionam com a “questão agrária atual”. “A questão agrária tradicional”, com base num contexto pós-Primeira Revolução Industrial ou de transição entre os séculos XIX e XX, previa que o avanço da agricultura capitalista levaria ao desaparecimento das unidades de produção familiares (e.g., KAUTSKY, 1988; LENIN, 1964). Essa narrativa fazia menção à substituição do feudalismo pelo capitalismo, destacando o potencial disruptivo deste segundo, o que poderia ser constatado nas modificações estruturais (eliminação ou transformação) das unidades de produção familiares. Contudo, estamos em pleno século XXI e as unidades de produção familiares continuam a existir, seja através da disputa para entrar (FERNANDES, 2000); da resistência para permanecer na terra (MARQUES, 2021) ou até mesmo pelos processos de “recampesinização”, ou seja, pessoas que retornam ao campo por se estagnarem pelo modo de vida ofertado pelas cidades (GADELHA, 2022; VAN DER PLOEG, 2012).

Por essa abrangência, a ‘questão agrária atual’ vai além da abordagem baseada na posse da terra e no trabalho, haja vista que também enfatiza a diversidade de sujeitos que se relacionam com o campo no presente (BORRAS JR, 2020; DEERE, 2003), assim como a relação sociedade x natureza, ou a dimensão ecológica das mudanças agrárias (SAGE, 2011; WITTMAN, 2009a). Pela ‘questão agrária atual’ abordamos não apenas os efeitos destrutivos do avanço do capitalismo no campo, como também as diversas formas de resistência da produção familiar, o que evidentemente, envolve a relação com os espaços urbanos. Assim,

é da resiliência que a produção familiar tem manifestado que parte a necessidade de uma abordagem ampla sobre o campo e a cidade na contemporaneidade. Essa resistência nos mostra que considerar a totalização das relações urbanas e o consequentemente desaparecimento do campo como unidade explicativa é uma forma de não se constatar ou até mesmo camuflar conflitos que fazem parte da produção do real no mundo todo. Por isso, os Estudos Agrários Críticos, ao enfatizarem a emergência de uma “questão agrária atual”, vão além das versões tradicionais de modernização da sociedade trazidas, dentre outros, pelo próprio marxismo, na medida em que descartam a possibilidade de um único destino para a produção familiar.

Evidentemente, os camponeses ou produtores de base familiar do século XXI não são os mesmos sujeitos históricos que foram abordados pelos teóricos da “questão agrária clássica” na transição do século XIX para o século XX. Os camponeses da atualidade se relacionam com diferentes mercados, são plurais e estão em constante movimentação (VERGÉS, 2011). Mais do que isso, a questão agrária permanece no centro das transformações urbanas (GURURANI, 2020). Isso reforça a importância de se produzir análises que rompam com ou vão além da compreensão limitante de uma urbanização estendida (GHOSH; MEER, 2021; KEIL, 2018) ou de uma urbanização planetária (BRENNER, 2018). Estudos agrários e urbanos devem se unir na tentativa de se compreender um mundo que é produzido por uma confluência entre diferentes tempos e processos e que mais do que apagar ou homogeneizar, reforça e até mesmo reinventa os sentidos do campo e da cidade.

Na “questão agrária atual”, o lugar do campesinato é ressignificado”, dentre outros, pelo questionamento sobre o que e como se alimentar (McMICHAEL, 2015). Esse é um dos motivos, por exemplo, para que a bandeira da soberania alimentar seja defendida tanto por coletivos camponeses, a exemplo do próprio MST e da Via Campesina (FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007; MST, 2021; VIA CAMPESINA, 1996), como pelos chamados “*urban food movements*” (movimentos alimentares urbanos) (ALKON; MARES, 2012; DIXON; RICHARDS, 2016; SCHIAVONI, 2009). Assim, o alimento exemplifica que na “questão agrária atual”, mais do que caminharem para polos opostos ou para situações de dominação completa de um pelo outro, campo e cidade buscam se articular na construção de ações que visam subverter ao regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2015).

Esta assertiva é importante na medida em que se constata que a divisão da sociedade em espaços que produzem comida e espaços que a consomem é um dos determinantes da

deterioração das relações sociedade x natureza, acentuando a falha metabólica do capitalismo (WITTMAN, 2009a). Por exemplo, o aumento da distância entre a produção e o consumo de comida exige maior dispêndio de energia, especialmente de combustíveis fósseis, contribuindo com a ampliação do efeito estufa (GARCÍA-SEMPERE et al., 2018).

Tais fatos indicam que, se por um lado, as políticas de reforma agrária continuam sendo necessidades prementes para a desconcentração fundiária e a justiça social e ambiental na América Latina (GUEREÑA; BURGOS, 2016), por outro lado, faz-se importante ir além das experiências clássicas de reforma agrária, haja vista que no século XXI a relação campo x cidade traz novos desafios para as sociedades ao mesmo tempo em que reformulam desafios que já existiam. Os modelos clássicos de reforma agrária se configuraram como experiências massivas de desapropriação de terras como parte do processo de industrialização (STÉDILE, 2020). Por isso, foram construídas pelo Estado Burguês com a finalidade de garantir mercado consumidor para os produtos industrializados. Na atualidade, a reforma agrária deve ter um sentido mais abrangente, pois o processo de “modernização” implementado pelo capitalismo desde a Primeira Revolução Industrial tem sido danoso em termos sociais e ambientais. Por isso, na próxima seção problematizamos a proposta de RAP que tem sido apresentada pelo MST como parte de uma leitura ampliada sobre o papel do campo e da cidade no contexto atual. Isso nos ajudará a discutir os determinantes populacionais dos municípios e suas respectivas cidades no estado de Minas Gerais.

### **A RAP e a aliança campo-cidade: soberania alimentar e agroecologia**

A RAP é um exemplo de como o MST, o principal movimento socioterritorial brasileiro (CARTER, 2015; FERNANDES, 2000; WITTMAN, 2009b), tem visto a emergência de uma “questão agrária atual” e, vinculado a isso, problematizado o papel do campo e da cidade na busca pela construção de uma sociedade com formas superiores de socialização, mesmo que isso não signifique neste momento, uma transição ao socialismo (MST, 2014). Surgido em 1984 como uma referência na organização de camponeses e camponesas que demandavam por entrar na terra (FERNANDES, 2000), atualmente este movimento socioterritorial tem discutido não apenas os fatores estruturais posse da terra, como também o papel que o campo deve exercer na construção de uma nova sociedade no século XXI.

No Programa Agrário do MST (2014, p. 32) consta a definição da RAP:

a) Precisamos defender agora um novo projeto de reforma agrária, que seja popular. Não basta ser uma reforma agrária clássica, que apenas dívida a propriedade da terra e integre os camponeses como fornecedores de matérias-primas e alimentos para sociedade urbano-industrial. b) Frente ao poderio do agronegócio, é necessário construir alianças entre todos os movimentos camponeses, com a classe trabalhadora urbana e com outros setores sociais interessados em mudanças estruturais, de caráter popular. c) A luta pela reforma agrária se insere agora na luta contra o modelo do capital. É um estágio da nossa luta, com desafios mais elevados e complexos, diferente do período do desenvolvimento industrial (1930-80), quando os assentamentos da reforma agrária em áreas improdutivas, para a produção de alimentos, somavam-se com a agricultura patronal voltada, prioritariamente, para a agroexportação. d) Os enfrentamentos com o capital, e seu modelo de agricultura, partem das disputas das terras e do território. Mas, se ampliam para as disputas sobre o controle das sementes, da agroindústria, da tecnologia, dos bens da natureza, da biodiversidade, das águas e das florestas.

De tal modo, constata-se que a RAP possui como intenção ir além do modelo de reforma agrária clássico, pois entende que este limitava-se a situar o campesinato como provedor de alimentos para uma sociedade que se industrializava e que precisa de comida disponível a um preço acessível à população para o barateamento da mão de obra. A conjuntura atual é diferente e exige que o campo exerça um papel que vá além da oferta de alimentos ou de matérias-primas, também contribuindo com a construção de ações mitigadores ou até mesmo capazes de superar a crise ecológica gerada pelo capitalismo. Fica evidente também que a RAP estabelece a construção de uma aliança entre a classe trabalhadora do campo e da cidade como forma de se contrapor ao agronegócio.

Com a RAP o MST busca deixar mais evidente que ele não é apenas um beneficiário de políticas de compensação social, mas parte fundamental da busca pelo desenvolvimento da sociedade brasileira (CARTER, 2015). Pela RAP, esse movimento socioterritorial estabelece sua postura de “resistência ativa” num contexto em que a extrema direita assume diversos níveis de governança no Brasil. Um dos meios de desenvolver essa “resistência ativa” é o fomento das experiências agroecológicas já desenvolvidas pelo próprio movimento.

A Agroecologia é um dos pilares centrais da construção da Reforma Agrária Popular, exatamente porque se refere ao modo de produzir que desenha a função social da terra em uma forma de relação metabólica do ser humano com a natureza e não contra ela. É a continuidade da luta e da construção do próprio Movimento. E a favor da humanidade. Por isso é desafio enorme territorializar os processos produtivos agroecológicos. É preciso que esse “sopro de vida” chegue a cada vez mais comunidades, que elas se apropriem do acúmulo prático e científico da Agroecologia e tomem a decisão de iniciar processos de transição, entrelaçando formas de produzir, de lutar, de viver (CALDART, 2019, p. 3).

Assim, faz parte da RAP não apenas transição agroecológica como a massificação/territorialização da agroecologia. A agroecologia visa estabelecer o diálogo entre os saberes tradicionais e os conhecimentos científicos, trazendo o potencial endógeno

do campesinato na construção de um processo de alimentação que preze pela sustentabilidade social e ambiental. Ao contrário de outras experiências de alimentação saudável, como o caso dos orgânicos, que são caras e de difícil acesso por parte da classe trabalhadora, a agroecologia visa ser ampla e acessível. Isso ficou evidente no contexto da pandemia da COVID-19, quando o MST propôs o Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular como forma de luta contra a fome e o aumento do desemprego no Brasil, evidenciados pelas medidas necessárias para a mitigação da crise fitossanitária, como é o caso do fechamento de comércio e do distanciamento social (BRASIL DE FATO, 2020). Como resultado disso, em escala nacional, entre março de 2020 e março de 2021, o MST doou 1.760 toneladas de alimentos *in natura*; 98 mil marmitas; 9,5 mil cestas de alimentos da reforma agrária; cerca de 8 mil pães; 22 mil litros de leite; 2,5 mil cestas básicas fruto de arrecadação; 487 kits de alimentos e produtos de higiene e centenas de cafés da manhã solidários em todo o país (MACHADO; JORGE; FERNANDES, 2022).

Com isso, reforça-se a compreensão de que a RAP parte da premissa de que a superação do agronegócio só ocorrerá com ações que vão além da racionalidade neoliberal. Para isso, é necessário avançar na construção da soberania alimentar por meio de experiências de solidariedade entre as classes trabalhadora do campo e da cidade (CALVÁRIO; DESMARAIS; AZKARRAGA, 2020).

Em suma, a RAP requer que campo e cidade sejam pensados de modo conjunto na construção de uma nova sociedade. Por isso, conhecer as relações com o entorno regional e entender como são construídas as escalas de atuação de grupos e instituições são parte do caminho que deve ser percorrido pelos assentamentos rurais já criados na busca por contribuir com a efetivação desse novo modelo de reforma agrária. A fim de contribuir com essa discussão, na próxima seção problematizamos a relação entre os assentamentos rurais de Minas Gerais e a estrutura urbana dessa unidade federativa.

### **Assentamentos rurais e distribuição populacional: uma abordagem geográfica**

Pela Geografia busca-se, dentre outros, entender como a população ocupa determinado território, estudando a partir dos recenseamentos, os componentes demográficos que formam aquela população como, por exemplo, as taxas de natalidade, mortalidade e migração. É por meio destas análises que podem ser traçadas estratégias para a gestão territorial não só pelo Estado, como também por empresas e coletivos (movimentos

socioterritoriais, por exemplo). Afinal, pela caracterização populacional, as tomadas de ações são previamente facilitadas, e a análise de conjuntura enriquecida. Ou seja, a Geografia efetiva-se como “ferramenta humanitária”, essencial para o entendimento da totalidade humana neste processo complexo em que se encontram as relações humanas. Neste sentido, propomos uma interpretação da dinâmica populacional dos municípios com assentamentos rurais em Minas Gerais por e a partir da Geografia como forma de subsidiar a discussão sobre os desafios para a implementação da RAP.

Um breve resgate histórico é necessário para compreender a estrutura atual do estado de Minas Gerais frente a questão populacional. A origem do povoamento interiorano no estado de Minas Gerais se deve a expansão da mineração e de atividades agropastoris nos primeiros anos do século XVIII, no Brasil colônia. O centro de condensação está localizado numa faixa que se estende de norte a sul, da bacia do rio Grande às proximidades das nascentes do Jequitonha (PRADO JR, 2011). Por isso, quando olhamos para Minas Gerais no presente, visualizamos maiores adensamentos populacionais em áreas que antes existiam atividades mineradoras, e que ainda replicam tal atividade.

Em torno desse núcleo consistente formado pela atividade mineradora, vão se originando outros núcleos de povoamentos, subsidiários da mineração e que não eram favoráveis nem à agricultura e nem a pecuária. Contudo, estimulados pelo mercado de proximidade, fazendas foram se instalando nas margens dos cursos médios do Rio São Francisco, alcançando territórios antes não explorados, e que continuamente, sofriam aportes da agricultura (PRADO JR, 2011). Para o mesmo autor (2011, p. 58):

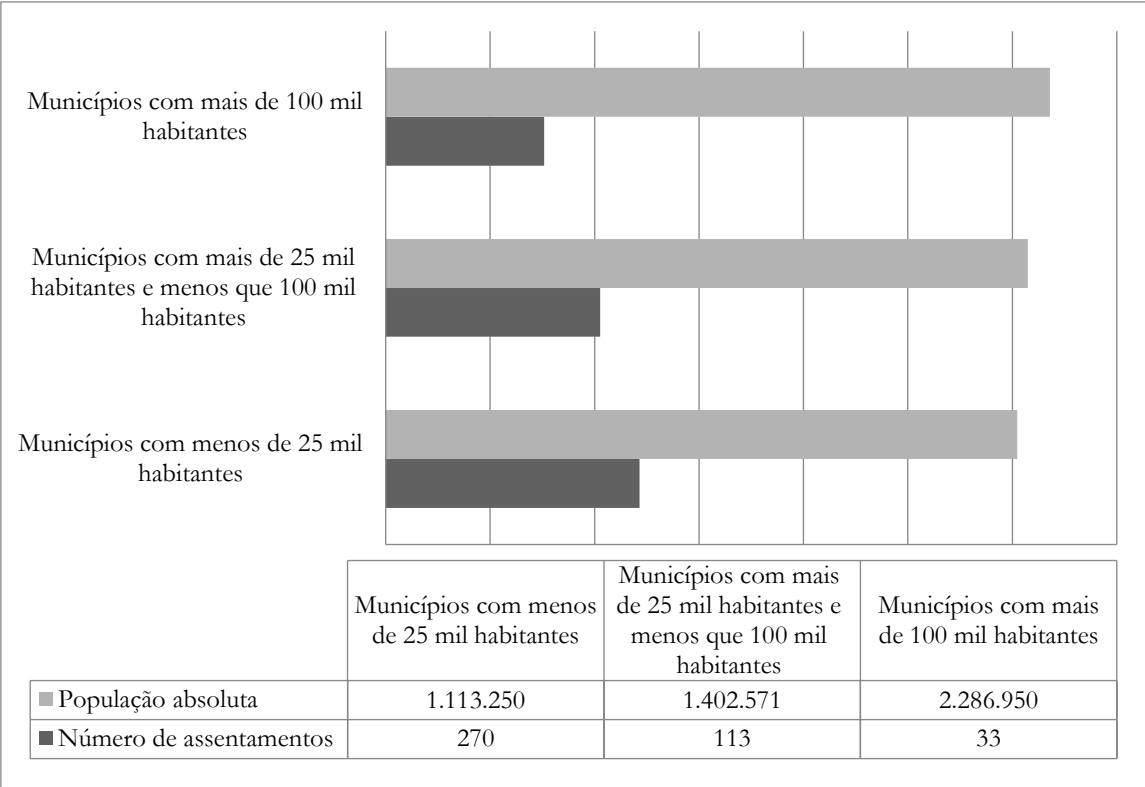
A população da capitania, que em fins do século XVIII era orçada em 500mil habitantes, ficou distribuída da seguinte forma: uma faixa central, estendida de Lavras ao Tejuco, compreendendo a parte mais antiga, mais povoada, e apesar da decadência da mineração, ainda mais importante capitania; articulada com quatro regiões distintas, distribuídas em torno dela, e todas menos povoadas. São na ordem de importância as seguintes: ao sul a comarca do Rio das Mortes, zona, sobretudo pecuária, também agrícola, e onde a pequena mineração que se praticara no passado quase desaparecera de todo. A nordeste, as Minas Novas, antiga região mineradora decadente que evoluíra já quase inteiramente para a agricultura, em especial o algodão. A oeste, a comarca de Paracatu, também zona de mineração decadente que se tentava refazer com a pecuária. Para o norte, finalmente, o sertão do Rio São Francisco, zona de fazendas do tipo sertanejo, escassamente povoada e mais ou menos vegetativa no ingrato meio físico que é o seu.

Nesse sentido, percebemos que a distribuição populacional no estado de Minas Gerais se dá através de componentes ligados às atividades econômicas destes mesmos locais, que se alteraram com o tempo e se materializam no presente como resultado da complexidade existente pela ocupação do interior do território brasileiro. A abordagem que



precisa ser realizada sobre a temática é de como a população se caracteriza e influencia a produção do espaço junto às culturas, pressões econômicas, dissimulações sociais, e contradições históricas que envolvem também as relações territoriais estabelecidas pelos povos, ou seja, uma forma de entender a totalidade humana sobre o espaço geográfico.

Nesse sentido, buscamos tratar da intersecção de dados que mostram a população absoluta (IBGE, 2010) que se encontra nos municípios que contenham pelo menos um assentamento rural, seja ele organizado pelo MST ou por outro movimento socioterritorial (REDE DATALUTA, 2022). A partir dos dados estatísticos de recenseamento, norteia-se a melhor forma de instigar estudos a respeito das motivações que caracterizam a população ou agrupamento populacional analisado.



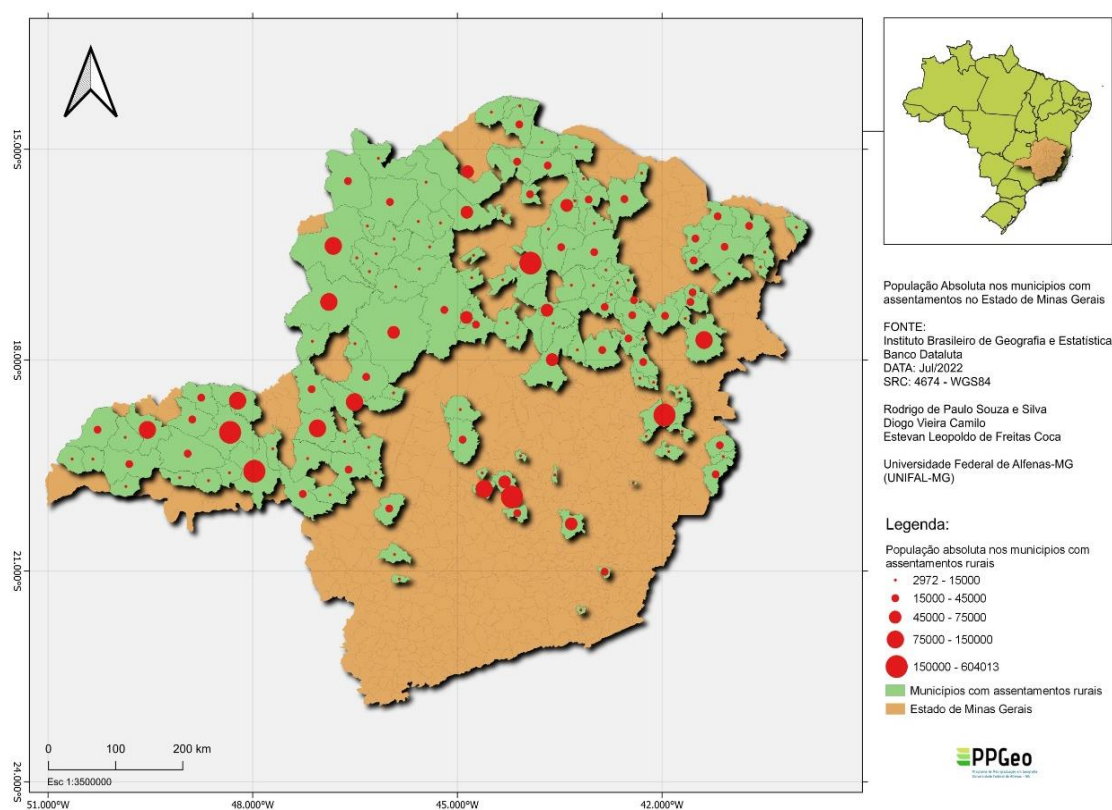
**Gráfico 01:** Distribuição de população absoluta (IBGE, 2010) por faixas de população e número de assentamentos rurais (DATALUTA, 2022)

**Fonte:** Organizado pelos autores, 2022.

Destaca-se a partir do Gráfico 01 que o estado de Minas Gerais possui 416 assentamentos rurais, sendo 270 em municípios com menos de 25 mil habitantes, 113 em municípios entre 25 mil a 100 mil habitantes, e 33 em municípios com mais de 100 mil habitantes. Totalizam-se 138 municípios com assentamentos rurais, de modo que a

população absoluta, segundo dados do IBGE (2010), ultrapassa a casa de 4 milhões de habitantes nestes municípios.

Na figura 01, denota-se essa espacialidade, e consegue-se problematizar questões pertinentes às potencialidades de análise existentes no caso. Destacam-se os municípios de Araguari, Teófilo Otoni, Patos de Minas, Governador Valadares, Uberaba, Uberlândia, Montes Claros e Betim, configurando centralidades regionais que legitimam sua influência nos municípios de entorno por conta do aglomerado populacional existente nessas localidades. Agora, sobre a distribuição populacional no entrono destes municípios centrais, pode-se destacar que em sua grande maioria, ela será influenciada positivamente sobre o modelo rural sustentável que é promovido pelos assentamentos, visto que grande parte não ultrapassa o valor de 50 mil habitantes, não impactando somente a soberania e segurança alimentar, mas incentivando o desenvolvimento de uma economia local mais efetiva (COCA, 2013).



**Figura 01:** Mapa de população absoluta nos municípios com assentamentos rurais no Estado de Minas Gerais no ano de 2022.  
Fonte: Organizado pelos autores, 2022.

De tal modo, se a RAP visa estimular alianças entre o campo e a cidade a partir da produção agroecológica desenvolvida em assentamentos rurais implantados especialmente

em outros contextos políticos, um fato fundamental a se ter em consideração é que no estado de Minas Gerais, 64,90% dos assentamentos criados estão localizados em municípios com até 25 mil habitantes. Isso faz emergir o seguinte questionamento: qual o papel das pequenas cidades na construção da RAP?

### **Refletindo sobre as pequenas cidades na Reforma Agrária Popular**

Visando implementar a RAP, o MST tem investido em ações para estabelecer e/ou fortalecer conexões entre o campo e a cidade. A RAP “[...] traz em sua dimensão não apenas a necessidade de terra para quem nela trabalha, categoria central na década de 1980 e 1990, mas a necessidade de produzir alimentos saudáveis a toda população, adquirindo o caráter popular da reforma agrária” (MST, 2021, não paginado). Como exemplo, lojas de produtos da reforma agrária denominadas como “Armazéns do Campo” têm sido criadas em grandes cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Belo Horizonte.

Contudo, como foi especificado no tópico anterior, em Minas Gerais, a maioria dos assentamentos rurais está localizada em municípios com até 25 mil habitantes. Nesses municípios vivem 1.113.250 pessoas, o que representa 5,68% da população de Minas Gerais. Assim, faz-se importante destacar não apenas como esses municípios podem contribuir com a implementação da RAP como também o inverso, ou seja, como a RAP pode ajuda-los a superar alguns dos seus principais problemas.

Para que isso ocorra, é oportuno considerar que as cidades pequenas de Minas Gerais e os seus respectivos assentamentos rurais não estão separados no tempo e no espaço dos processos mais amplos. Elas são parte da constituição da rede urbana brasileira e consequentemente do próprio processo de mundialização da economia.

[...] as pequenas cidades não estão isoladas e fixadas na rede urbana brasileira, ou seja, elas compõem na rede; estão inseridas, articuladas e conectadas às dinâmicas urbanas, inclusive em esfera global, pois fazem parte do modo de produção capitalista e fazem parte – e são influenciadas por – do fenômeno da globalização, sofrendo as consequências e a perversidade desses processos. Assim, a maior parcela da população dessas pequenas cidades tem suas vidas condicionadas às decisões do capital (FERNANDES, 2018, p. 14).

Assim, as cidades pequenas também são parte do processo de acumulação capitalista, seja como propositoras ou receptoras de ações que contribuem com o processo estrutural de reprodução do capital. Ainda sobre isso, Sposito (2010, p. 52) assegura que:

[...] relações entre cidades de uma rede urbana, ainda que pequenas, podem se estabelecer com cidades de outras redes urbanas e de outros portes, sem que haja a intermediação daquelas que, segundo a constituição hierárquica anterior, estão em posição superior à das cidades pequenas ou médias.

De tal modo, as cidades pequenas também são resultado e resultante da mundialização da economia e por isso, reproduzem alguns dos principais problemas que impedem a justiça social e ambiental. Isso quer dizer que se a proposta de RAP pretende ser um vetor para a superação de limites estruturais do modo de produção capitalista, ela não pode deixar de levar em consideração a relação de proximidade e complementaridade que boa parte dos assentamentos rurais criados em Minas Gerais possui com as cidades de porte pequeno.

Diversas pesquisas têm destacado a capacidade dos assentamentos rurais produzirem externalidades positivas nas áreas em que são implementados (e.g., COCA, 2011; LEITE et al., 2004; SILVA; FERNANDES; VALENCIANO, 2006). Essas externalidades envolvem fatores como a diversificação política e cultural, o fomento do comércio local, a relação de respeito com a natureza e evidentemente, a oferta de alimentos saudáveis para a população do campo e da cidade. Tais fatos reforçam a compreensão de que, muito além de se colocarem como políticas exclusivamente de assistência social, os assentamentos rurais são parte fundamental do desenvolvimento regional (FERNANDES, 2008). No caso de pequenas cidades a criação de assentamentos rurais tem o potencial de fazer com que essas externalidades sejam ainda mais significativas.

Portanto, o que se coloca é em pequenas cidades, a RAP deve caminhar no sentido de buscar contribuir com a superação de problemas causados pelo capitalismo mundializado e que atingem diversas escalas, a exemplo da fome, dos desertos alimentares, do consumo de ultraprocessados e da obesidade. Dito de outro modo, se a RAP é um processo que está sendo implementado, é estratégico aos seus propositores considerar a relação de troca e complementação com as pequenas cidades para a otimização dos resultados que ela visa alcançar.

### **Considerações finais**

A reforma agrária nunca foi uma política adotada apenas para o campo. Como Questão Agrária e Questão Urbana se relacionam de modo dialético, historicamente ou em

sua versão “clássica”, a reforma agrária tem sido adotada como uma política que visa o barateamento da mão-de-obra da classe trabalhadora por meio da oferta de alimentos a preços módicos. Com isso, desapropriações de terras são efetivadas para que pequenos agricultores tenham acesso à terra e produzam alimentos que contribuirão com a dieta dos trabalhadores urbanos. Ao mesmo tempo, os agricultores “beneficiários” da reforma agrária podem se constituir como um aumento do mercado interno. Dito de outro modo, a “reforma agrária clássica” tem sido pensada por e para o capitalismo, visando amenizar limites estruturais que esse modo de produção gera no campo e na cidade.

No século XXI, o capitalismo se apresenta sob a roupagem da financeirização e da mercantilização dos bens comuns, o que faz com que a reforma agrária também seja diferente. Se por um lado o acesso à terra ainda é importante, até mesmo pelo fato de que o Brasil continua sendo um país com problemas estruturais na sua distribuição fundiária, por outro lado a contribuição das famílias beneficiárias da reforma agrária para a transição agroecológica ganha cada vez mais importância. Por isso, a RAP tem sido adotada como uma possibilidade de se avançar na construção de uma aliança entre o campo e a cidade por meio da alimentação saudável.

Neste trabalho destacamos que no caso de Minas Gerais a RAP tem sido desencadeada principalmente em municípios de pequeno porte no que se refere ao seu contingente populacional. Isso reforça a importância de debatermos o papel das pequenas cidades na implementação da RAP. Assim, destacamos que a RAP pode tanto ser benéfica para essas pequenas cidades, ofertando respostas para alguns dos seus principais problemas, como também pode ser beneficiária de ações de consumo sustentável por parte da população que vive nesses centros urbanos.

## Referências

- ALKON, A. H.; MARES, T. M. Food sovereignty in US food movements: Radical visions and neoliberal constraints. **Agriculture and Human Values**, v. 29, n. 3, p. 347–359, 2012.
- BORRAS JR, S. M. Agrarian social movements: The absurdly difficult but not impossible agenda of defeating right-wing populism and exploring a socialist future. **Journal of Agrarian Change**, v. 20, n. 1, p. 3–36, 2020.
- BRASIL DE FATO. **Ponto a ponto: conheça o plano de Reforma Agrária Popular defendido pelo MST**. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/15/ponto-a-ponto-conheca-o-plano-de-reforma-agraria-popular-defendido-pelo-mst>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRENNER, N. Theses on urbanization. **Public Culture**, v. 25, n. 1, p. 85–114, 2013.

BRENNER, N. Debating planetary urbanization: For an engaged pluralism. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 36, n. 3, p. 570–590, 2018.

CALDART, R. S. **Agroecologia nas Escolas de Educação Básica: fortalecendo a resistência ativa!** VIII Encontro Estadual de Educadoras e Educadores de Assentamentos de Reforma Agrária do MST RS. **Anais...** Em: REFORMA AGRÁRIA POPULAR, AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO. Santa Rita: 31/10 2019.

CALVÁRIO, R.; DESMARAIS, A. A.; AZKARRAGA, J. Solidarities from below in the making of emancipatory rural politics: insights from food sovereignty struggles in the Basque Country. **Sociologia Ruralis**, v. 60, n. 4, p. 857–879, 2020.

CARTER, M. **Challenging social inequality: The landless rural workers movement and agrarian reform in Brazil**. Durham: Duke University Press, 2015.

COCA, E. Territorialidades camponesas nos tipos de assentamentos rurais do Território Cantuquiriguaçu, Estado de Paraná, Brasil. **GeoGraphos: Revista Digital para Estudantes de Geografia y Ciencias Sociales**, v. 4, n. 48, p. 378–403, 2013.

COCA, E. **Um estudo da diversidade e atualidade da Reforma Agrária: análise dos tipos de assentamentos do território Cantuquiriguaçu-Estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2011.

COCA, E.; SOYER, G.; BARBOSA JR, R. Matopiba's Disputed Agricultural Frontier: Between Commodity Crops and Agrarian Reform. **IDS Bulletin**, 2022 (no prelo).

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território, Rio de Janeiro**, v. 4, n. 6, p. 41–53, 1999.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 15, n. 3, p. 5–12, 2011.

CZIBERE, I.; KOVÁCH, I. State Populism in Rural Hungary. **Rural Sociology**, v. 87, p. 733–757, 2022.

DEERE, C. D. Women's land rights and rural social movements in the Brazilian agrarian reform. **Journal of Agrarian Change**, v. 3, n. 1-2, p. 257–288, 2003.

DIXON, J.; RICHARDS, C. On food security and alternative food networks: understanding and performing food security in the context of urban bias. **Agriculture and Human Values**, v. 33, n. 1, p. 191–202, 2016.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. Em: BUAINAIN, A. M. et al (orgs.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008. p. 173–224.

- FERNANDES, P. H. C. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Geoaraguaia**, v. 8, n. 1, p. 13–31, 2018.
- FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY. **Nyéleni Declaration**. 2007.
- GADELHA, R. R. **recampesinização e ressignificação do campesinato: histórias de vida no Movimento das Mulheres Camponesas do Paraná (MMC/PR)**. Chapecó: UFFS, 2022.
- GARCÍA-SEMPERE, A. et al. Urban transition toward food sovereignty. **Globalizations**, v. 15, n. 3, p. 390–406, 2018.
- GHOSH, S.; MEER, A. Extended urbanisation and the agrarian question: Convergences, divergences and openings. **Urban Studies**, v. 58, n. 6, p. 1097–1119, 2021.
- GILLEN, J.; BUNNELL, T.; RIGG, J. Geographies of ruralization. **Dialogues in Human Geography**, p. 20438206221075816, 2022.
- GUEREÑA, A.; BURGOS, S. O. **Desterrados: Tierra, poder y desigualdad en América Latina**. London: Oxfam, 2016.
- GURURANI, S. Cities in a world of villages: Agrarian urbanism and the making of India's urbanizing frontiers. **Urban Geography**, v. 41, n. 7, p. 971–989, 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- KAUTSKY, K. **The Agrarian Question**. London: Zwan Publications, 1988.
- KEIL, R. Extended urbanization, “disjunct fragments” and global suburbanisms. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 36, n. 3, p. 494–511, 2018.
- LEITE, S. P. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Unesp, 2004.
- LENIN, V. I. **The development of capitalism in Russia**. Moscow: Progress Pub, 1964.
- MACHADO, A. DOS S.; JORGE, A. A.; FERNANDES, B. M. Pandemia, ações de solidariedade do MST e a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 17, n. 47, p. 155–178, 2022.
- MARQUES, M. I. M. Identidade étnica, território e saberes: disputas no campo e na academia. In: MIZUSAKI, M. Y. ; ROMA, C. M.; VIEIRA, A. B. (orgs.). **Questão Agrária e práxis social no século XX. Impasses, desafios e perspectivas**. Curitiba: CRV, 2021.
- MCMICHAEL, P. A comment on Henry Bernstein's way with peasants, and food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 1, p. 193–204, 2015.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST). **Programa Agrária do MST. Lutas, construir Reforma Agrária Popular!** 2014.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST). **O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST?** , 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/#:~:text=A%20luta%20para%20que%20se%20cumpra%20a%20Fun%C3%A7%C3>

%A3o%20Social%20da%20Terra&text=Por%20isso%2C%20o%20MST%20acredita,a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20soberania%20nacional.. Acesso em: 26 ago. 2022

PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REDE DATALUTA. **Relatório DATALUTA Brasil**. Presidente Prudente: Rede DATALUTA, 2022.

ROSSET, P. M.; ALTIERI, M. A. **Agroecology: science and politics**. Rugby: Practical Action Publishing, 2017.

SAGE, C. **Environment and food**. London: Routledge, 2011.

SCHIAVONI, C. The global struggle for food sovereignty: from Nyéléni to New York. **Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 3, p. 682–689, 2009.

SILVA, A. A.; FERNANDES, B. M.; VALENCIANO, R. **Relatório de Impactos Socioterritoriais (RIST): Desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente: Incra/Unesp, 2006.

SOBARZO, O. Reflexões sobre a cidade e o urbano: O atual como produto do processo de construção da Geografia Urbana. **Revista Cidades**, v. 6, n. 10, p. 359–379, 2009.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. **A systematic source book in rural sociology**. Minneapolis: University of Minnesota Press Minneapolis, 1930. v. 1

SPÓSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, v. 35, n. 1, p. 51–62, 2010.

STÉDILE, J. P. Conceitos e tipos de reforma agrária. In: STEDILE, J. P. (org.). **Experiências históricas de reforma agrária no mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 15–27.

UNITED NATIONS - DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. **World Urbanization Prospects. The 2018 revision**. New York, 2018.

VAN DER PLOEG, J. D. **The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization**. London: Routledge, 2012.

VERGÉS, A. B. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

VIA CAMPESINA. **The right to produce and access to land**. 1996.

WITTMAN, H. Reworking the metabolic rift: La Vía Campesina, agrarian citizenship, and food sovereignty. **The journal of peasant studies**, v. 36, n. 4, p. 805–826, 2009a.

WITTMAN, H. Reframing agrarian citizenship: Land, life and power in Brazil. **Journal of Rural Studies**, v. 25, n. 1, p. 120–130, 1 jan. 2009b.